

RESENHA

O PENSAMENTO DE MATRIZ AFRICANA E SUA INFLUÊNCIA NO BRASIL

Lílian Cavalcanti Fernandes Vieira¹

OLIVEIRA, Eduardo David de. *A Cosmovisão africana no Brasil – elementos para uma filosofia afrodescendente*. 3.ed. Curitiba: Editora Gráfica Popular, 2006. 188 p., ISBN 85-98201-12-X.

Este livro enfoca de maneira simples e direta a complexidade de se pensar em uma cosmovisão africana no Brasil. O autor, Eduardo David de Oliveira, é doutor em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e professor adjunto da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (UFBA). É também presidente do Instituto de Pesquisa da Afrodescendência (Ipad) e sócio fundador do Instituto de Filosofia da Libertação (IFIL). Sua proposta, ao escrever *A Cosmovisão Africana*, é de que, a partir do conhecimento de base africana, se examine a possibilidade de uma filosofia afrodescendente para a sociedade brasileira.

A cosmovisão é uma noção que se origina de culturas que percebem o mundo holisticamente na intenção de mostrar que as sociedades humanas são parte da natureza e devem participar e se comunicar com ela integradamente. Dois pontos cruciais dessa obra são a crítica sólida, contundente e lúcida ao capitalismo e a busca de alternativas e novos caminhos para a reconstrução de um mundo mais fraterno, mais solidário por meio da valorização da cultura e da visão de mundo do povo. A reconstrução desse mundo, segundo o autor, seria feita sob a ótica da história africana e de seus descendentes no Brasil.

Embora com um discurso marcadamente a favor de uma filosofia de base africana, Oliveira não se posiciona como afrocêntrico e não restringe o diálogo com os precursores do

¹ Lílian Cavalcanti Fernandes Vieira é formada em Letras pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), especialista em Tradução: Teoria e Técnica, também pela UFAM e mestre em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). É professora da Casa de Cultura Britânica da UFC desde 1993. Atualmente é doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira da UFC e faz parte da linha de pesquisa sobre Movimentos Sociais, Educação Popular e Escola sob a orientação do Professor Dr. Henrique Cunha Jr., onde tem desenvolvido um interesse especial pelo estudo das literaturas pós-coloniais e a questão da identidade e cultura nas obras dos autores do pós-colonialismo. E-mail: lilianvieira@bol.com.br.



afrocentrismo. Ele prefere não reproduzir a polarização artificial e essencialista proclamada por muitos intelectuais: “afrocentrismo” *versus* “eurocentrismo”, como se todos fôssemos obrigados a ser uma coisa ou outra, como se não pudesse haver uma terceira via de pensamento. Nesse sentido, sua postura parece refletir certo relativismo cultural, um marco conceitual no qual a base africana é pensada e serve de aporte e referência para a elaboração do conhecimento. Nas palavras de Cunha Jr. ao prefaciar a obra, “o texto anuncia e realiza os questionamentos e instrui sobre o caminho a tomarmos para pensar a sociedade brasileira” (p. 6).

O livro encontra-se dividido em três grandes partes: I – Cosmovisão africana: a África antes da invasão europeia; II – Cosmovisão africana: a forma cultural africana no Brasil; e III – Cultura brasileira, movimentos sociais populares e afrodescendência: sobre o jogo das identidades, políticas da africanidade e fundamentação filosófica.

Na primeira parte, o autor ressalta os elementos estruturantes que fazem parte da cosmovisão, a saber: Universo, Força Vital, Palavra, Tempo, Pessoa, Socialização, Morte, Família, Produção, Poder e Ancestralidade, para afirmar que existia certa unidade cultural entre civilizações africanas antes da invasão europeia. Essa unidade cultural será analisada a partir do estudo e conhecimento dos três grandes impérios africanos. Os comerciantes tuaregues ligavam toda a região do Sael, no passado também conhecido como Sudão – em árabe *Bilad al-Sudan* (que quer dizer terra de negros) – ao norte islamizado da África. Eles foram os principais difusores do Islã por toda essa região. Foi aí que se formaram os impérios de Gana (X a XII), Mali (XIII a XIV) e Songai (XIV a XV), de acordo com Oliveira, todos localizados entre o Saara e o Sahel, obedecendo a direção Ocidente-Oriente. Na verdade, os três grandes impérios se ergueram como uma barreira contra o islamismo que avançava na região, obrigando os povos que viviam ao sul do Sudão Ocidental a fugir do escravismo migrando para outras regiões ou formando estruturas estatais, como foi o caso desses impérios. O autor também mostra, por meio dos elementos estruturantes dessas sociedades africanas, que elas vivenciavam suas culturas de maneira autônoma, apesar das influências estrangeiras, primando pela diversidade e enfatizando o modo próprio de cada organização política no contexto cultural de cada grupo.

A reflexão acerca da forma cultural afro-brasileira nos dias atuais é feita na segunda parte do livro onde o autor mostra que, no Brasil, os afrodescendentes sempre foram

ideologicamente representados como inferiores, tendo sua cultura negada e, por isso, ficaram à margem das vantagens sociais. Os negros foram negados ontologicamente em todas as partes do mundo e suas culturas foram rotuladas de bárbaras, animistas, primitivas, e atrasadas. Fazer um resgate histórico dessa cultura se torna, então, uma recriação, uma reconstrução da identidade feita conscientemente e politicamente. Nesse sentido, ele avalia, a partir dos elementos estruturantes elencados na primeira parte do livro, as permanências e rupturas da cosmovisão africana, principalmente no âmbito cultural-religioso, afirmando que as formas culturais de matriz africana interferem na identidade nacional e exercem um papel fundamental no contingente de afrodescendentes no Brasil.

Ainda na segunda parte, Oliveira discute a escravidão e a cultura negra como fatores históricos básicos para se compreender as experiências dos afrodescendentes no Brasil. Reflete, também, sobre a valorização das mulheres no candomblé, sem, contudo, desmerecer o papel dos homens. Sobre esse aspecto, ele diz que no candomblé não há a necessidade de eliminação do outro, apesar dos conflitos existentes, e sustenta que a mulher negra encontra, no candomblé, um espaço propício para se realizar não apenas religiosamente, mas também política e socialmente. O autor ainda enfoca o papel preponderante do meio ambiente para o candomblé, fazendo uma análise bastante elucidativa sobre a relação entre a religião e a ecologia. Para isso, afirma que a religião de matriz africana não compreende a natureza como um elemento passivo. Ao contrário, no candomblé o homem é a natureza e forma, com ela, um elo indissociável. Como diz Bastide, as populações africanas não pensam por contradição, mas sim por analogia e participação. A cosmovisão africana permite-nos uma visão holística do mundo e do universo, integrando o homem à natureza. No ponto de vista ocidental, vemos o homem como senhor de todas as coisas, em oposição à natureza, tanto é que assistimos estarecidos à destruição do planeta. As consequências de nossas ações são uma prova de que há pouco que se possa fazer para conter a fúria das forças naturais. Essa relação do homem com a natureza não é estática nem passiva, ela é dinâmica e interativa e envolve um contínuo aprendizado que requer educação e transformação, para que o meio ambiente não seja explorado nem espoliado.

Nesse sentido, a cosmovisão é um construto que reúne espiritualidade, natureza e humanidade. A partir dessas ideias, podemos identificar os princípios que assentam a

cosmovisão africana: integração, diversidade e ancestralidade. Os três princípios só existem em comunhão, sem isolamento ou exclusão. Tudo é classificado por categoria ou função, interligando-se como um todo por meio do princípio da inclusão. A ancestralidade é, junto com a integração e a diversidade, um dos três princípios básicos que norteiam a cosmovisão africana. O universo é concebido como um todo integrado e diversificado onde o diferente é contemplado e desejado e não apenas aceito. A diversidade possibilita as trocas e as relações de alteridade e respeito pelo outro. A tradição africana estabelece sua própria lógica no princípio da ancestralidade. Nesse sentido, o que importa é a história de um povo, aquilo que foi construído ao longo do tempo e não a afirmação egoísta do eu. O eu não é nada sem a sua tradição, porque está vinculado ao seu passado, à memória daqueles que vieram antes e regulam a vida de seus descendentes distribuindo sua força e harmonia. Portanto, podemos dizer que o conceito de ancestralidade está diretamente ligado ao conceito de identidade, um não existe sem o outro.

A terceira e última parte traz uma reflexão filosófica sobre a compreensão da realidade e os problemas da América Latina, especificamente da sociedade brasileira. Sempre considerando o capitalismo como um sistema que mistifica a realidade e predispõe os indivíduos ao consumo exacerbado, o autor preocupa-se com uma questão fundamental que é saber se “haverá a possibilidade real de uma cosmovisão africana que se oponha ao CMI (Capitalismo Mundial Integrado) e não seja ressignificada por ele?” (p. 126). Na visão do autor, a mistificação se dá por conta do acúmulo de capital que aprisiona o desejo dos indivíduos, tornando-os escravos do ter, sendo, assim, facilmente controlados pelas estruturas produtivas capitalistas.

A análise do mito da mestiçagem é um dos pontos fortes dessa reflexão. Ao desconstruir o mito da mestiçagem, o autor quer mostrar que, superados os argumentos biológicos sobre pureza racial, o que nos restou (ao povo brasileiro) foi o hibridismo. A ideologia da mestiçagem é uma representação das identidades historicamente construídas. Assim, nas palavras do autor, essa ideologia é um “buraco negro” (p. 137), onde a integridade da alteridade é sempre negada de maneira cabal, porque ora reifica a pureza, ora reifica a mistura, perdendo-se numa confusão de signos e representações exercidas pelas relações de poder.

Ainda fazendo a desconstrução do mito e falando sobre a negação do negro brasileiro, Oliveira dialoga com a obra de Gislene Aparecida dos Santos *A invenção do “Ser Negro”*: um percurso das ideias que naturalizaram a inferioridade dos negros, que, pela interpretação das obras de José Bonifácio, Louis Couty e Joaquim Nabuco, “adentra a gênese da invenção do ser negro no Brasil” (p. 139). A tese de livre docência do professor Kabengele Munanga, *Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil*, também é revista por Oliveira. Nessa tese, Munanga faz um retorno aos pensadores iluministas para encontrar a gênese do pensamento racista no mundo. Ambos os trabalhos analisados por Oliveira constataam que a depreciação do negro é praticamente uma regra em todos os pensadores da elite brasileira do final do século XIX e início do século XX.

Ao final, o autor tece algumas considerações sobre pensar uma filosofia brasileira com base em matrizes africanas, de onde seja possível a prática da justiça, da sinceridade, da caridade. Uma filosofia-ética que seja uma forma de conduta frente aos outros, ao mundo e a nós mesmos. Aqui a ética se apresenta, portanto, como a atitude que se tem diante do outro, seja esse outro animal, vegetal, mineral ou divindade. Uma ética não como moral, mas como princípios que orientam as ações, ética que não se queda submissa às estratificações, hierarquias ou dogmas, mas que “seja um patrimônio coletivo fabricado em uma larga escala de tempo” (p. 167).

O livro é, realmente, uma aventura onde as fronteiras culturais são transpostas e, desvenda-se o mistério da presença fecunda da cosmovisão africana na formação de nossa sociedade e identidade. Por meio de uma prosa leve e cativante, o autor constrói o imaginário do leitor para realçar as ideias primordiais da cosmovisão africana, possibilitando o entendimento existente nos dois lados do Atlântico. O trabalho é de grande relevância não só para os educadores, mas também para toda a comunidade humana, pois apresenta uma nova reflexão sobre o engajamento dos afrodescendentes no Brasil e sua importância para a nossa história. Assim, com a leitura dessa obra, podemos nos abrir à alteridade, nos africanizar, promover as diferenças e almejar a construção de uma verdadeira cidadania sem os paradigmas etnocêntricos e eurocêntricos.